

PROTOCOLO: 21.227.523-9

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Cultura SEEC

DE: SEEC/NAS

TERMO DE DISPENSA Nº 61/2023

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de 01 (um) portal detector de livros para a Biblioteca Pública do Paraná, os detectores de livros são dispositivos essenciais para o controle e segurança do acervo da biblioteca, ajudando a prevenir possíveis extravios e garantindo a integridade do material disponível para os usuários.

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

Trata-se de sistema de detecção eletromagnética para segurança de material bibliográfico, composto por 1 par - 2 pedestais (antenas) – de detectores, 1 central controladora e 1 base de alumínio para sustentação das hastes em solo sem perfuração do mesmo, a montagem das hastes sobre a base será feita sem perfuração do piso, garantindo estabilidade e evitando oscilações das hastes que podem causar interferência na detecção do sistema, bem como mobilidade, para reposicionamento dentro da biblioteca ou outro prédio caso seja necessário no futuro. Não deve apresentar desnível significativo para o acesso de cadeirantes e pessoas com deficiência visual. Altura das antenas de 178 cm, com detecção em toda a sua extensão, podendo variar em 5% para mais ou menos.

O conjunto deve ser formado por duas hastes que contenham duas bobinas em cada uma delas, sendo uma Tx e uma RX, ou seja, em cada haste deverá conter uma bobina Tx e uma Rx. A haste possuindo bobinas Tx e Rx permite que a detecção de apenas uma das hastes continue funcionando, caso haja problema na outra. Diminuindo assim, a vulnerabilidade do sistema com relação a um problema ocorrido em uma das hastes. Quando se utiliza um equipamento com duas hastes, sendo que em uma delas contenha a bobina Tx

e na outra uma bobina Rx, é necessário que ambas estejam alinhadas para sincronização do sinal, sendo assim, qualquer movimento lateral (balanço) a detecção pode ser prejudicada.

O sistema deve conter alarme simultâneos sonoro e visual embutidos quando uma fita eletromagnética ativa passar pelo corredor.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

A aquisição dos detectores de livros é uma medida essencial para aprimorar a eficiência operacional e a segurança do acervo da Biblioteca Pública do Paraná. Esta decisão se baseia em diversas considerações fundamentais como controle de inventário e segurança do acervo, os detectores de livros desempenham um papel crucial na preservação do acervo da biblioteca.

Ao implantar esses dispositivos, seremos capazes de monitorar o movimento dos livros de forma mais eficaz, reduzindo significativamente as possibilidades de perda ou extravio. Ao assegurar que os livros estejam disponíveis e em seu devido lugar, proporcionamos uma experiência mais positiva aos usuários da biblioteca. A localização rápida e precisa dos materiais contribui para a satisfação e a fidelização dos frequentadores. A implementação de detectores de livros alinha-se com a busca contínua pela otimização de recursos.

A prevenção de perdas reduzirá os custos associados à reposição de livros extraviados, permitindo a alocação desses recursos para outras áreas prioritárias.

Portanto, a aquisição de detectores de livros é uma decisão estratégica e fundamentada que visa aprimorar a operação da biblioteca em benefício de seus usuários e da comunidade em geral.

3. PESQUISA DE PREÇOS

3.1 Para a formação dos preços máximos será realizada ampla pesquisa de preços, em obediência ao Art. 296 do Decreto Estadual 10.086/2022 e ao Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021. Serão consultadas empresas, obtendo-se os valores conforme orçamentos em anexo no protocolo.

3.2 Mapa de preços:

DESCRIÇÃO	COTAÇÕES														
	SENSORIAL DETECTORES			UNIMAX TRADING			ABRAHÃO ESSENFELDER			RFI DO BRASIL			BIBLIOTHECA		
	Valor Unit.	QTD	Total	Valor Unit.	QTD	Total	Valor Unit.	QTD	Total	Valor Unit.	QTD	Total	Valor Unit.	QTD	Total
8305 92404 - Portal Detector de Metal, APRESENTAÇÃO: Sensibilidade: possui 100 níveis, Ajuste por Amostra: ajuste da sensibilidade por amostragem do objeto, Programas: possui 20 programas de detecção, sendo 15 pré-configurados e 5 customizáveis pelo cliente, Sensores IV: uma das funções é a inversão do sentido de entrada e saída dos contadores, Contadores: de passagem bidirecional para contagem de entrantes, saíntes e detecções com cálculo estatístico, Inibição por IV, como opcional, o inibidor pode ser ativado para evitar que o pânico alarme com grandes metais passando pelo lado externo, Volume do Alarme: ajuste de volume do alarme em 10 níveis, Período do Alarme: ajuste do período de duração do alarme, Tom do Alarme: programação do tom para diferenciar entre pânticos instalados no mesmo ambiente, Limiar de Grandes Objetos: quando habilitado, emite som diferenciado para grandes objetos, Ajuste Data e Hora: para obter precisão nos eventos registrados, Canais: 20 canais de operação, possibilitando a instalação de vários equipamentos no mesmo ambiente, Eventos: permite visualizar os 5000 últimos eventos registrados, ID: configura o número identificador do pântico, Tempo de Uso: apresenta	R\$ 13.620,00	1	R\$ 13.620,00	R\$ 16.150,00	1	R\$ 16.150,00	R\$ 18.550,00	1	R\$ 18.550,00	R\$ 83.291,00	1	R\$ 83.291,00	R\$ 122.809,91	1	R\$ 122.809,91
TOTAL	R\$ 13.620,00			R\$ 16.150,00			R\$ 18.550,00			R\$ 83.291,00			R\$ 122.809,91		

4. FORMA DE FORNECIMENTO:

4.1 Por se tratar de mão de obra especializada justifica-se a contratação de uma única empresa, pois o parcelamento não será tecnicamente viável ou economicamente vantajoso, dificultando a negociação e a gestão.

5. SUSTENTABILIDADE

A empresa contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade, no que se aplicar:

- a.** Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- b.** Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c.** Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d.** Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente

(Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

6. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Nos termos dos artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, a contratação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, exceto quando não houver três fornecedores ou representar prejuízo para a administração ou não for vantajoso para o conjunto ou complexo do objeto a ser contratado nos termos do artigo 49 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006.

7. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS

O objeto dessa contratação é classificado como serviço comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em no termo de dispensa, conforme estabelece o art. 392, I, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e respectivo termo de referência;

8.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

8.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

8.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato e no termo de referência;

8.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

8.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

8.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

8.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

8.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e no termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

9.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

9.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

9.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de dispensa;

9.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

9.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.9 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10. FORMA DE PAGAMENTO:

10.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da execução dos serviços técnicos especializados.

10.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação, pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo regulamento.

10.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e

o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = (TX) I = (6/100) 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.4 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos efetivamente executados e que tenham sido recebidos definitivamente pelo Contratante.

10.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

11. REQUISITOS DE CONTRAÇÃO

Para a contratação os interessados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF), nas contratações de pessoa física;

II. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal:

- Fazenda Federal: Certidão Conjunta de Regularidade junto à Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS.

- Fazenda Estadual: Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais.

- Fazenda Municipal: Certidão de Regularidade de Tributos Municipais.

III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) expedido pela Caixa Econômica Federal, se pessoa jurídica;

IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

V. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa junto ao CNJ (Lei Federal nº 8.429/92, art. 12);

VI. Relação das Empresas Suspensas ou

Impedidas de contratar com a Administração Pública Estadual (GMS).

VII. Consulta ao CADIN do Estado do Paraná, observadas, quando for o caso, as hipóteses do artigo 3º, parágrafo único, inciso II, da Lei Estadual nº 18.466/2015.

VIII. Consulta Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

12. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação, cabendo única e exclusivamente à CONTRATADA o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais previstas.

13. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO:

13.1. Os serviços devem ser recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato no prazo de 5 (cinco) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Termo de Dispensa e da proposta. Entrega ocorrerá na Secretaria da Cultura.

13.2. Quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Dispensa e na proposta, os serviços poderão ser corrigidos ou refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, às custas do Contratado, e no caso de não serem atendidas as determinações, deverão ser rejeitados.

13.3. Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

13.4. Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

13.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

13.6. Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

14. PENALIDADES

14.1 O contratado que incorra em infrações se sujeita às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

14.2 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item anterior poderão ser aplicadas ao contratado cumulativamente com a multa.

14.3 Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de contratação.

14.4 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento de contratação;
- b) não manter sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

14.5 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) apresentar documento falso;
- b) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

14.6 Será aplicada multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 10º (décimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 11º (décimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 14.7.

14.7 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

14.8 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao contratado que:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser escolhido pela Administração, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) abandonar a execução do contrato;
- d) incorrer em inexecução contratual.

14.9 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) apresentar documento falso;
- c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- f) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
- h) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

14.10 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 11.1, alíneas “c” e “d”.

14.11 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade,

independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

14.12 Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;

b) os danos resultantes da infração;

c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;

d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e

e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

14.13 Nos casos não previstos no Termo de Dispensa de Licitação ou neste contrato, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.14 Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente aquisição e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

14.15 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.16 Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

14.17 Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato, se existente, ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

15. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE DISPENSA

Os servidores estaduais que subscrevem este Termo de Dispensa atestam que observaram integralmente as normas e regulamentos atinentes ao Decreto Estadual nº 4.993/16, Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Estadual nº 10.086/22.

Curitiba, data da assinatura eletrônica

(assinatura eletrônica)

Marco Antônio Pereira Gonçalves

Chefe NAS/SEEC - Decreto 2.721/2023